

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.740.807 - RS (2018/0110730-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : COOPERATIVA AGRO PECUARIA PETROPOLIS LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO DUARTE DA SILVA GOULART - RS040749
LUIZ EDUARDO COSTA LUCAS - DF034694
JOÃO JOAQUIM MARTINELLI E OUTRO(S) - RS045071
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência opostos contra acórdão proferido pela Segunda Turma, assim ementado (fl. 406):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CONFIGURAÇÃO DE DEMORA INJUSTIFICÁVEL SOMENTE APÓS DECORRIDO O PRAZO DE 360 DIAS. CONTAGEM A PARTIR DO PROTOCOLO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO.

I - O Superior Tribunal de Justiça, após o julgamento dos embargos de divergência em recurso especial n. 1.461.607/SC, em 22/02/2018, pela 1ª Seção desta Corte Superior, consolidou entendimento de que somente após decorrido o prazo de 360 dias previsto na Lei 11.457/2007, contado a partir do protocolo do pedido administrativo de ressarcimento, é que se pode considerar a demora injustificável a admitir a incidência de correção monetária dos créditos escriturais. Nesse sentido, confirmam-se: REsp 1729361/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 25/05/2018; AgInt no REsp 1229108/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; REsp 1729517/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/05/2018.

II - Agravo interno improvido.

O embargante alega que a conclusão a que chegou o acórdão embargado diverge daquela a que chegou a Primeira Seção, no acórdão apontado como paradigma (EDAg 1.220.942/SP).

Sem impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Observa-se que a questão tratada nos autos - " Definição do termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais: a data do protocolo do requerimento administrativo do contribuinte ou o dia seguinte ao escoamento do prazo de 360 dias previsto no art. 24 da Lei n. 11.457/2007." - foi submetida a julgamento pelo rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 1037 do CPC/2015, nos autos dos Recursos Especiais 1.768.415/SC, 1.768.060/RS e 1.767.945/RS, conforme afetação eletrônica encerrada em 20.11.2018, tendo sido determinada a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.

Ante o exposto, determino a suspensão do recurso, até a publicação do acórdão paradigma.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

